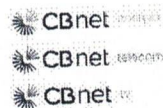




CBnet

Conexão em todos os sentidos



ORÇAMENTO SUBSTITUIÇÃO DE CÂMERA SPEED DOME

CLIENTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE
CAMPOS BORGES

LOCAL: Campos Borges/RS

SOLICITANTE DO ORÇAMENTO: Secretaria da Administração de Campos Borges

RESPONSÁVEL PELO LEVANTAMENTO: Maiquel

REVISÃO 01

GRUPO CB NET – CB Net Energia / CB Net Telecom / CB Net Tv
ROD. VRS 817, N° 633, Distrito Industrial, Campos Borges – CNPJ 12.542.366/0001-71
Contato: 0800 642 1025 / 0800 642 1024 / cbnt@cbnet.inf.br



CBnet

Conexão em todos os sentidos



OBJETO DA EXECUÇÃO

- Substituição de câmera Speed Dome no ponto de monitoramento denominado – Colégio Menino Deus.

| CAMPOS BORGES - MONITORAMENTO | | | | |
|--|---------|---------|--------------|---------------------|
| MATERIAIS E MÃO DE OBRA | | | | |
| MATERIAL | UNIDADE | QUANT. | V. UNITÁRIO | V.TOTAL |
| SPEED DOME PI42300251 PTz 4" 2MP IP 25X ZOOM STARLIGHT SMART TRAKING 8 ANA IR300M IK10 MICROSD POE | 1 | UNIDADE | R\$ 6.500,00 | R\$ 6.500,00 |
| | | | TOTAL | R\$ 6.500,00 |

DADOS PARA FATURAMENTO DE VENDA DE MATERIAIS

CB NET TELECOMUNICAÇÕES LTDA

CNPJ: 12.542.366/0001-71

VALOR DE MATERIAL: R\$ 6.500,00

PRAZO DE EXECUÇÃO

Conforme disponibilidade de material no estoque e disponibilidade de agendamento.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

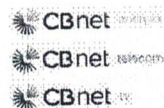
À vista após empenho e emissão de NF

VALIDADE DO ORÇAMENTO: 10 dias.

GRUPO CB NET – CB Net Energia / CB Net Telecom / CB Net Tv
ROD. VRS 817, N° 633, Distrito Industrial, Campos Borges – CNPJ 12.542.366/0001-71
Contato: 0800 642 1025 / 0800 642 1024 / cbnt@cbnet.inf.br



CBnet
Conexão em todos os sentidos



Campos Borges, 14 de março de 2025.

MAIQUEL
RIBEIRO:0089
9268030

Assinado digitalmente por MAIQUEL
RIBEIRO:00899268030
DN: cn=MAIQUEL RIBEIRO, ou=AC SOLUTI Múltipla
de, ou=Renovacao Eletrônica, ou=Certificado
Digital, ou=Certificado PP AT, cn=MAIQUEL
RIBEIRO:00899268030
Resolvido: 1020
Data: 2025.03.14 10:21:51-0100
Full PDF Reader Versão: 12.1.2

CB NET
CNPJ: 12.542.366/0001-71

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES/RS

GRUPO CB NET – CB Net Energia / CB Net Telecom / CB Net Tv
ROD. VRS 817, N° 633, Distrito Industrial, Campos Borges – CNPJ 12.542.366/0001-71
Contato: 0800 642 1025 / 0800 642 1024 / cbnt@cbnet.inf.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Serafina Corrêa**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 039/2025**
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2024**AQUISIÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE CÂMERAS DE**
VIDEOMONITORAMENTO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SERAFINA CORRÊA, RS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 88.597.984/0001-80, estabelecido na Av. 25 de Julho, 202, na cidade de Serafina Corrêa, RS, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Daniel Morandi,

CONTRATADA: DGT TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 08.482.495/0001-44, estabelecida na Rua Evaristo José Fernandes, 121, Sala 01, Bairro Rincão dos Ilhéus, na cidade de Estância Velha, RS, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e neste ato representada pelo Sr. Lucas Sabino Arruda, inscrito no CPF nº 831.585.020-20, tendo em vista a homologação e adjudicação da licitação, têm entre si o presente instrumento contratual, pactuado, nos termos da Lei nº 14.133/21, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 060/2024, para contratação de empresa para prestação de serviços de aquisição de câmeras de videomonitoramento e o serviço de manutenção preventiva e corretiva, visando melhorar a segurança pública e a gestão de espaços públicos, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E PRAZO DE VIGÊNCIA

1.1 A presente licitação destina-se à escolha da melhor proposta de preço por lote para aquisição de câmeras de videomonitoramento e o serviço de manutenção preventiva e corretiva, visando melhorar a segurança pública e a gestão de espaços públicos, conforme tabela a seguir:

| LOTE ÚNICO | | | | | |
|------------|--|-------------------|-------------------|-----------------------|--------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTID. ESTIMADA | VALOR UNITÁRIO MENSAL | VALOR TOTAL MENSAL |
| 01 | KIT PONTO DE VIDEOMONITORAMENTO CÂMERA PTZ (composto de 01 câmera PTZ, 01 suporte para câmera PTZ, 01 entrada de energia, 01 poste de concreto, 01 caixa de equipamentos, 01 Nobreak 600 e 01 Switch 5 portas) | UN | 5 | R\$ 32.518,00 | R\$ 162.590,00 |
| 02 | KIT PONTO DE VIDEOMONITORAMENTO CÂMERA FIXA (composto de 01 câmeras fixa, 01 suporte para câmera fixa, 01 entrada de energia, 01 poste de concreto, 01 caixa de equipamentos, 01 Nobreak 600 e 01 Switch 5 portas) | UN | 5 | R\$ 24.525,00 | R\$ 122.625,00 |
| 03 | KIT PONTO DE CERCAMENTO (composto de 02 câmera OCR, 01 kit entrada de energia, 01 poste metálico, 01 caixa de equipamentos, 01 Nobreak 600 e 01 Switch 5 portas) | UN | 2 | R\$ 81.112,50 | R\$ 162.225,00 |
| 04 | KIT CÂMERA EXTERNA COM ENLACE UTP COM INFRAESTRUTURA DE METAL (composto de 01 Câmera externa, 10m de Enlace de Cabeamento UTP, e 10m de infraestrutura em eletroduto metálicos) | UN | 10 | R\$ 3.512,00 | R\$ 35.120,00 |
| 05 | Serviço Mensal de Manutenção Preventiva e Corretiva para Câmera Videomonitoramento | UN | 30 | R\$ 854,00 | R\$ 25.620,00 |

OBSERVAÇÃO 1: Com relação os serviços previstos no item 05, cada unidade do respectivo item representa um 1 kit ponto, sendo que para o edital foram considerados os pontos que o Município possui atualmente, ou seja, 14 kits pontos, bem como os kits pontos indicados no respectivo edital, sendo que as quantidades previstas são estimadas, uma vez que trata-se de regime de execução unitário, não estando o Município obrigado a utilizar todas as unidades dos serviços previstas no edital.

OBSERVAÇÃO 2: O item 05 representa a quantidade estimada mensal de 30 unidades, totalizando a quantidade estimada anual de 360 unidades.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Avenida 25 de Julho, 202 - Cx. Postal, 11 - CEP: 99250-000 | Serafina Corrêa/RS

Tel./Fax: (54) 3444-8100 | CNPJ: 88.597.984/0001-80

www.serafinacorrea.rs.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Serafina Corrêa

1.2 As câmeras devem ser entregues e instaladas no prazo de 60 (sessenta) dias após a emissão do pedido de empenho e a prestação do serviço de manutenção a contar da assinatura do contrato. Sendo que os equipamentos devem ser entregues e instalados nos locais indicados pela municipalidade, sendo de responsabilidade da empresa fornecedora a entrega de todos os produtos solicitados, livre de fretes, carga e descarga, ou seja, deverá arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, sem qualquer ônus para o Município.

1.3 Verificada alguma não conformidade de alguns dos requisitos no ato do recebimento, o licitante beneficiário deverá promover as correções/ substituições necessárias no prazo de 4 (quatro) dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas no edital.

1.4 Para fornecimento dos objetos pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

1.5 A empresa contratada deverá fornecer garantia de 36 meses para as câmeras de videomonitoramento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

2.1 A Nota Fiscal, somente será emitida após a verificação dos serviços realizados e consequente aceitação pelos servidores designados como fiscais e Secretário da Pasta.

2.2 A empresa vencedora deverá prestar os serviços, obedecendo as condições estabelecidas pelo instrumento convocatório, atendendo adequadamente as necessidades da Secretaria requisitante, a fim de permitir completa atendibilidade do que se espera.

2.3 A empresa vencedora deverá responder, exclusiva e integralmente, pela utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluído os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao Município, bem como responder pela solidez e segurança dos serviços.

2.4 A prestação dos serviços não constitui, em hipótese alguma, vínculo empregatício de qualquer espécie entre a empresa vencedora e o Município.

2.5 O acompanhamento e fiscalização do serviço, objeto desta licitação, será realizada por servidores municipais designados, que farão o recebimento nos termos do artigo 140, I, "a" e "b", da Lei n.º 14.133/21, da seguinte forma:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

II - A fiscalização do fornecimento contratado será efetuada por técnicos designados pelo Município, que deverão dispor de amplo acesso às informações que julgarem necessários.

III - Materiais incompletos, defeituosos ou em desacordo, deverão ser substituídos, imediatamente, ficando sujeita às sanções previstas neste edital.

IV - Quando da verificação, se os produtos não atenderem às especificações solicitadas, serão aplicadas as sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

3.1 O pagamento dar-se-á mensalmente no prazo de até **15 (quinze) dias úteis** sendo que a Nota Fiscal deverá ser vista e aprovada pelo Secretário da pasta e fiscal do contrato.

3.1.1 O regime de execução do contrato será unitário, sendo que as quantidades dos serviços e aquisição dos itens que vierem a ser contratados serão definidas no respectivo Pedido de Empenho e será solicitado conforme a necessidade do Município.

3.1.2 O município pagará somente pelos serviços/itens que forem efetivamente utilizados/adquiridos.

3.2 A contratada fica obrigada a atender todas as Autorizações de Fornecimento efetuadas durante a vigência contrato. Nas Notas Fiscais deverão constar, obrigatoriamente, o objeto da licitação, os valores unitários e totais e o número do processo que deu origem à aquisição do objeto (**Pregão Eletrônico nº 060/2024**).



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Serafina Corrêa

3.3 Nos preços unitários ora registrados já estão inclusas todas as despesas diretas e indiretas com referência ao objeto licitado, ficando certo de que ao Município nenhum outro ônus caberá além do pagamento do preço constante no objeto deste contrato.

3.4 Havendo erro na Nota Fiscal ou outra circunstância impeditiva, o recebimento ficará suspenso, até que a empresa tome as medidas saneadoras necessárias.

3.5 Será efetuada a retenção dos tributos e das contribuições federais, se for o caso, conforme estabelecido na Lei nº 9.430/96 e na Instrução Normativa RFB 1234/12.

3.6 Na hipótese da empresa contratada ser optante pelo SIMPLES, deve anexar declaração que informe o anexo em que está enquadrada a empresa e a alíquota do ISSQN correspondente, conforme Instrução Normativa RFB 1234/12, devidamente firmada por seu representante legal ou contador.

3.7 Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,2% ao mês, *pro rata*.

3.8 Eventual atraso nos pagamentos não isentarão em qualquer hipótese a detentora da presente Ata do cumprimento das responsabilidades avençadas, nem impedirão a aceitação de novos pedidos.

3.9 O pagamento dar-se-á por meio de depósito na conta indicada pela empresa adjudicatária, ou mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, desde que a empresa adjudicatária efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

3.10 O pagamento para a Detentora dos Preços será realizado no **Banco Banrisul, Agência nº 0290 e Conta nº 061990930-9**.

3.11 O acompanhamento e fiscalização dos serviços, objeto desta licitação, será realizada por servidores municipais designados, que farão o recebimento nos termos do artigo 140, I, "a" e "b", da Lei nº 14.133/21, da seguinte forma:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

II - A fiscalização dos serviços contratados será efetuada por técnicos designados pelo Município, que deverão dispor de amplo acesso às informações e serviços que julgarem necessários.

III - Serviços incompletos, defeituosos ou em desacordo, deverão ser refeitos, imediatamente, não cabendo à licitante vencedora o direito à indenização, ficando sujeita às sanções previstas neste edital.

IV - Quando da verificação, se os serviços não atenderem às especificações solicitadas, serão aplicadas as sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133, são obrigações da Contratante:

- a) cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada;
- b) notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Contrato;
- c) notificar a Contratada por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- d) aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRADA

5.1 Além das obrigações resultantes da observância da Lei Federal nº 14.133, são obrigações da Contratada:

- a) Realizar a prestação dos serviços conforme especificado no presente contrato administrativo;
- b) Executar com pontualidade e qualidade os serviços objeto deste Contrato, cumprindo os prazos e exigências estabelecidos pelo Contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Serafina Corrêa

- c) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários por conveniência da administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125, da Lei Federal nº 14.133, sobre o valor inicial contratado;
- d) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem cumprir a legislação em vigor, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e fiscais;
- e) Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas durante a Inexigibilidade de Licitação;
- f) Prestar o serviço no endereço informado pela unidade requisitante, obedecendo os prazos estipulados.
- g) Obriga-se a cumprir fielmente as normas estabelecidas no Edital e neste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- f) Obriga-se a cumprir fielmente as normas estabelecidas no Edital e este Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- g) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, indenizações trabalhistas, inclusive as apuradas pela Justiça do Trabalho, resultantes da execução do presente contrato.
- h) Responsabiliza-se civil e criminalmente pela execução do fornecimento, objeto deste contrato, bem como solidez e segurança dos fornecimentos realizados, na forma da Legislação Civil e, por todos e quaisquer acidentes sofridos por empregados e prepostos seus, bem como quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de negligência ou imperícia de seus empregados ou prepostos, ou, ainda por fatos ou danos oriundos do equipamento utilizado para prestação do labor avançado.
- i) A COMPROMITENTE FORNECEDORA deverá atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, estando ciente das infrações previstas no art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.
- j) A contratada deverá cumprir, durante todo o período de vigência, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021.
- l) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, I, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- m) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- n) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- o) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- p) Indenizar terceiros e o Município, todo e qualquer prejuízo ou dano, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato, ou após o seu término, em conformidade com o Código Civil Brasileiro.
- q) A prestação dos serviços contratados não constitui, em hipótese alguma, vínculo empregatício de qualquer espécie entre a empresa vencedora e o Município.
- r) A Contratada deverá responder, exclusiva e integralmente, pela utilização de pessoal capacitado para a execução do objeto contratado, incluído os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos ao Município, bem como responder pela solidez e segurança

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Avenida 25 de Julho, 202 - Cx. Postal, 11 - CEP: 99250-000 | Serafina Corrêa/RS

Tel./Fax: (54) 3444-8100 | CNPJ: 88.597.984/0001-80

www.serafinacorrea.rs.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Serafina Corrêa

dos serviços e de seus funcionários fornecendo para seus profissionais os equipamentos de proteção individuais (EPIs).

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 O contrato decorrente da presente licitação terá o prazo de vigência de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 106 e 107 da 14.133/21, podendo ser prorrogado, justificadamente, a critério da Administração, por igual período, até o limite máximo permitido pela legislação, nos caso de comprovado a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação bem como a vantagem em sua manutenção, o contrato poderá ser reajustado anualmente pelo índice do IPCA ou IGPM, acumulado no período – considerando sempre o índice de menor valor.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

7.1 Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis que venham a inviabilizar ou modificar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores, tanto para aumentar ou diminuir os valores, visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante a correspondente comprovação da ocorrência e do impacto gerado.

Parágrafo único - O reequilíbrio econômico-financeiro poderá ser indicado pelo CONTRATANTE ou solicitado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1 O CONTRATANTE, por meio da Secretária **Cristiane Baesso Madalosso**, ou quem vier a substituí-la, como gestor, o servidor **Guilherme Migliavacca**, matrícula nº 494, como fiscal titular e o servidor **Luiz Braz Ferreira de Lima**, matrícula nº 242, como fiscal suplente, exercerá fiscalização sobre a execução dos serviços acordados, podendo solicitar informações para a CONTRATADA em qualquer momento, que entender necessário.

8.2 A fiscalização é facultado, intervir, a qualquer momento, desde que constatada ilegalidade no cumprimento do presente termo. A intervenção será no sentido de sanar irregularidades que estiverem ocorrendo.

8.3 A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE sobre serviços não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade perante o CONTRATANTE, ou para com os pacientes ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Termo de Credenciamento.

8.4 A CONTRATADA facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados.

8.5 Sem que lhe possa ser atribuída responsabilidade de qualquer natureza, fica assegurado ao Município, o direito de fiscalizar o inteiro cumprimento do contrato, obrigando-se a Compromitente Prestadora dos Serviços a facilitar aos fiscais, o acesso a todos os documentos e serviços, a fornecer informações e elementos que lhe forem solicitados e a cumprir as determinações que lhe forem feitas, tudo dentro dos prazos estabelecidos nas respectivas notificações.

Parágrafo único – Obra e serviços incompletos, defeituosos ou em desacordo com os Projetos e os Memoriais Descritivos deverão ser refeitos imediatamente, não cabendo ao Município o direito à indenização, ficando a mesma sujeita às sanções previstas neste edital.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 A ADMINISTRAÇÃO, no uso das prerrogativas que lhe confere o inciso IV, do Art. 104 e 156, incisos I, II, III, IV e §1º ao § 9º da Lei Federal nº 14.133/21, aplicará sanções, se houver descumprimento com o disposto no presente contrato e/ou com a proposta apresentada.

II - Pelo atraso na entrega, além do prazo estipulado, aplicação de multa na razão de 1% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor total da Nota de Empenho, até 5 (cinco) dias consecutivos de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada as penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses

III – Prestação dos serviços em desacordo com o solicitado, não atendimento as impugnações, não correção e/ou reparo, será aplicada de multa na razão de 5% (cinco por cento), sobre o valor



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Serafina Corrêa

total da Nota de Empenho, por dia, que não poderá ultrapassar a 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após esse prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses

IV - Quando da reincidência em imperfeição já notificada pela ADMINISTRAÇÃO, aplicação de multa na razão de 2% (dois por cento), sobre o valor total da Nota de Empenho por reincidência, sendo que a contratada terá um prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos serviços. Após 3 (três) reincidências e/ou após o prazo, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses

§ 1º Com fundamento no artigo 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Serafina Corrêa pelo prazo máximo de 3 (três) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 0,5% a 30% sobre o valor da contratação, a contratada que:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

b) dar causa à inexecução total do contrato;

c) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação formalização, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

§ 2º Com fundamento no artigo 156, § 5º, da Lei nº 14.133/21, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de 0,5% a 30% sobre o valor da contratação, a contratada que:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 3º Para os fins da Subcondição "c" do § 2º, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 337-F, 337-G, 337-I, 337-J e 337-K do Código Penal.

§ 4º Na aplicação das penalidades previstas a ADMINISTRAÇÃO considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da contratada, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe os artigos 156 e 157 da Lei nº 14.133/21.

§ 5º As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.

§ 6º A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 Lei 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratada, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

§ 7º Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§ 8º As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a(s) outra(s).

§ 9º Será facultada apresentação de defesa prévia na ocorrência de quaisquer das situações previstas, poderá, também, ser anulada a Nota de Empenho e aplicada às penas previstas no art. 156, III, da Lei nº 14.133/21, pelo prazo de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

10.1 No caso de incidência de uma das situações previstas neste edital, a licitante será cientificada através do endereço eletrônico (e-mail) por ela informado no seu ato de vinculação ao certame;

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERAFINA CORRÊA - ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Avenida 25 de Julho, 202 - Cx. Postal, 11 - CEP: 99250-000 | Serafina Corrêa/RS

Tel./Fax: (54) 3444-8100 | CNPJ: 88.597.984/0001-80

www.serafinacorrea.rs.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Serafina Corrêa

sendo que os prazos concedidos para manifestação fluirão, independentemente da confirmação de leitura da mensagem, após 24 (vinte e quatro) horas da data de remessa.

Será considerado justificado o inadimplemento, nas seguintes situações:

- a) Acidentes que impliquem retardamento na execução dos serviços, sem culpa da Compromitente Prestadora dos Serviços.
- b) Falta ou culpa do Município.
- c) Caso fortuito ou força maior, conforme previsto no Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 Constituem motivos para extinção do presente contrato o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições;

11.2 Igualmente, constituirão motivos para a extinção do contrato, independente da conclusão do seu prazo, as hipóteses previstas no art. 155 da Lei Federal n. 14.133/21.

11.3 De acordo com o artigo 138 da Lei 14.133/21, a extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a V e VIII do artigo anterior;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) judicial, nos termos da legislação;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 Para aquisição do objeto deste contrato os recursos previstos correrão por conta das dotações que se fizerem necessárias às compras.

Secretaria Municipal de Obras Pública, Trânsito e Desenvolvimento Urbano

06.181.0071.1748.0000 – Implantação/ Manutenção do videomonitoramento

3.3.90.30.00 – Material de consumo

3.3.90.39.00 – Outros serviços de terceiro

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEI REGRADORA

A presente contratação reger-se-á pela Lei nº 14.133/21, o edital de Pregão nº 058/2024 e seus anexos, juntamente com normas de direito público, resolverão os casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

Esta Ata fica vinculada ao processo licitatório modalidade Pregão Nº 058/2024 e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Guaporé, RS, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas porventura emergentes da presente contratação.

E assim, por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente Contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para os devidos fins legais.

Serafina Corrêa, 12 de fevereiro de 2025.

Daniel Morandi
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

DGT Tecnologia LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

1) _____

2) _____

/2025

[< Volta](#)

PM DE SERAFINA CORRÊA

Pregão Lei 14.133/21 Eletrônico 60 / 2024

AQUISIÇÃO DE CÂMERAS DE VIDEOMONITORAMENTO E
MANUTENÇÃO PREVENTIVA

DGT TECNOLOGIA LTDA (08.482.495/0001-44)

12/02/2025

12/02/2025 a 13/02/2030

790.000,00

790.000,00

| | Tipo | Início Responsabilidade | Fim Responsabilidade |
|--------|----------|-------------------------|----------------------|
| CCA | Fiscal | 12/02/2025 | 12/02/2030 |
| E LIMA | Suplente | 12/02/2025 | 12/02/2030 |

postilas

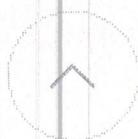
O.

| Download | Arquivo | Tamanho | Data de Cadastro ↓ |
|----------|------------------------|---------|--------------------|
| Download | Contrato_0039_25_2.PDF | 368 KB | 20/03/2025 |
| Download | Contrato_0039_25_1.PDF | 749 KB | 13/02/2025 |

TCE-RS LicitaCon Cidadão



Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul



[tor de Tela](#)



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE ARROIO DOS RATOS**

CONTRATO Nº 004/2025

Pelo presente termo, a **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARROIO DOS RATOS**, órgão de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 02.401.435/0001-73, neste ato representada pela senhora Presidente Neida Lima, doravante denominada Contratante e **COMANDO ALARMES E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA**, CNPJ nº 12.127.608/0001-60, representado por **Marcelo Cristmann dos Santos**, brasileiro, portador do CPF nº 698.709.500-00, com endereço profissional na Avenida Getúlio Vargas, nº 544, centro, em Arroio dos Ratos/RS, denominado Contratado, na melhor forma de direito e nos termos do artigo 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21, têm justo e contratado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto:

O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada em segurança para aquisição dos equipamentos e instalação de sistema de alarme e câmeras de segurança para a nova sede da Câmara de Vereadores de Arroio dos Ratos/RS, bem como monitoramento 24 horas.

§1º o presente contrato inclui a aquisição de todos os equipamentos, bem com sua instalação e os serviços de monitoramento dos alarmes e das câmeras de segurança 24 horas.

§2º O Contratado deverá fazer a instalação dos equipamentos e entrega destes aptos para uso imediato.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do Regime de Execução:

O regime de execução deste contrato é a execução direta, que abrange a aquisição, e instalação dos equipamentos descritos

CLÁUSULA TERCEIRA – Do valor e pagamento:

3.1 Pelos bens (equipamentos) e pelo respectivo serviço de instalação dos mesmos, o contratante pagará a importância de **R\$ 6.560,00 (seis mil quinhentos e sessenta reais)**, sendo que o pagamento deste valor será em **parcela única**, mediante depósito bancário no prazo de 10 (dez) dias a contar da certificação de que os itens foram aceitos de forma definitiva, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura contendo a descrição dos itens, quantidades, preços unitários e o valor total.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE ARROIO DOS RATOS**

3.2 Pelos serviços de monitoramento de alarme e de câmeras 24 horas, o contratante pagará o valor mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais), em parcelas mensais e sucessivas, a contar de 20 de março de 2025.

CLÁUSULA QUARTA – Dos prazos:

4.1. Este contrato terá o prazo para execução de 30 (trinta) dias corridos a contar da assinatura do mesmo, prorrogáveis por igual período, para entrega dos produtos/equipamentos e a sua devida instalação, conforme item 3.1, da cláusula terceira. O serviço deve ser prestado no endereço Largo do Mineiro, ao lado do Banco do Brasil de Arroio dos Ratos/RS, na nova sede da Câmara de Vereadores, dentro do horário das 08h às 14h, de segunda à sexta-feira. Somente após a verificação do enquadramento nas condições exigidas por esta Câmara, dar-se-á o recebimento definitivo.

4.2. Em caso de essencialidade e necessidade, poderá ocorrer a eventual entrega fora do horário normal de expediente administrativo da Contratante, sob condição de consulta e aprovação da Administração. No entanto, tal situação, caso ocorra, não implicará adicional de preço baseado nos acréscimos relativos aos prêmios de horas extras.

4.3. Caso não seja possível a entrega no prazo estabelecido no subitem anterior, a Contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.4 os serviços continuados de monitoramento de alarme e câmeras 24 horas serão pagos mensalmente, sendo o contrato vigente por 12 meses, no valor mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais), a serem pagos no dia 20 de cada mês. Caso seja final de semana ou feriado, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

CLÁUSULA QUINTA – Da vigência: o presente contrato possui vigência de 20/02/2025 a 20/02/2026, podendo ser prorrogado por termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – Das despesas:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte rubrica:



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE ARROIO DOS RATOS**

4.4.90.52.00.00.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE (aquisição)

3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA (prestação de serviços).

CLÁUSULA SÉTIMA – Da fiscalização:

A fiscalização do objeto contratado ficará à cargo de Eniale Govoni Sotelo que deverá exercer rigoroso e amplo controle em relação à quantidade e qualidade dos bens e serviços contratados, bem como administrar e gerenciar o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – Dos direitos:

- I- Constitui direito do contratante, receber o objeto deste contrato nas condições, características e especificações estabelecidas neste instrumento.
- II- Constitui direito do contratado perceber o valor ajustado, na forma e no prazo convencionados, desde que respeitado o prazo de entrega do objeto.

CLÁUSULA NONA – Das obrigações:

I – Constituem obrigações do contratante:

- a) Efetuar o pagamento na forma prevista neste instrumento;
- b) Dar ao contratado as condições e informações necessárias a regular a execução do contrato;
- c) Fornecer os documentos necessários para a adequada execução dos serviços.

II – Constituem obrigações do contratado:

- a) Executar os serviços conforme especificações constantes neste contrato, sendo que quaisquer dúvidas deverão ser solicitadas por escrito ao setor responsável pela fiscalização do objeto;
- b) Fornecer garantia contra defeitos de elaboração ou execução, de, no mínimo, 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo;
- c) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações sociais, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes para prestação do serviço, estes terão vínculo direto e único com a contratada.
- d) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- e) Fornecer ao contratante quaisquer explicações necessárias;



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE ARROIO DOS RATOS**

- f) Apresentar durante toda a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo a Legislação em vigor quanto às obrigações assumidas em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributário e fiscais.
- g) Efetuar as correções necessárias às suas expensas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem custos adicionais para a administração;
- h) Arcar com os custos de pagamento de todos os encargos legais e fiscais;
- i) Guardar sigilo sobre os assuntos de interesse do contratante;
- j) O recebimento dos bens e a entrega dos serviços será(ão) recusado(s) inteiramente caso seja entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes neste Contrato, bem como seja detectado que apresente vícios ou defeitos;
- k) No caso de recusa do objeto, a empresa contratada terá prazo de 5 (cinco) dias úteis para providenciar a sua alteração, contados a partir da comunicação oficial feita pela CMAR.
- l) Toda logística para a entrega do objeto da contratação à CMAR, ficará integralmente por conta da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA: Ficará a cargo da contratada a responsabilidade técnica na entrega e instalação do objeto contratado, bem como será responsabilizada por qualquer defeito ou erro que venha ocorrer em decorrência do seu trabalho, seja por culpa ou imperícia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista na Lei Federal 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA : Da rescisão e alteração contratual:

Este contrato poderá ser rescindido:

- I- Por ato unilateral da Administração,
- II- Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração.

Parágrafo Único: O inadimplemento de qualquer das condições ora avençadas, bem como a inexecução total ou parcial do contrato pelo contratado enseja sua rescisão, com todos os ônus e consequências daí decorrentes, tanto contratuais como as previstas em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das sanções:

O presente instrumento está sujeito às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21, pela inexecução contratual.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE ARROIO DOS RATOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- Do Foro:

As partes elegem o foro da Comarca de São Jerônimo para dirimir quaisquer dúvidas referentes ao contrato firmado. Finalmente, por estarem as partes contratantes justas, certas e acordadas inteiramente quanto aos termos e cláusulas do presente Contrato, firmam-no, em 2 (duas) vias de igual forma e conteúdo, sem rasuras, aos fins e efeitos de lei.

Arroio dos Ratos, 20 de fevereiro de 2025.

Neida Lima
Presidente
CONTRATANTE

Marcelo Cristmann dos Santos
CPF 698.709.500-00
CONTRATADO

Testemunhas: Cam. O. Div. N. S.

1)

Nome:

RG: 01702634018

2)

Nome:

RG:

Simone S. Riphart
1010437885

2025



[< Volta](#)



CM DE ARROIO DOS RATOS

| |
|--|
| Processo de Dispensa 4 / 2025 |
| CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA PARA AQUISIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE ALARME E CÂMERAS, BEM COMO MONITORAMENTO 24 HORAS PARA A NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES. |
| Comando Alarmes e Servicos Especiais Ltda - Me (12.127.608/0001-60) |
| 19/02/2025 |
| 20/02/2025 a 20/02/2026 |
| 8.960,00 |
| 8.960,00 |

| Tipo | Início Responsabilidade | Fim Responsabilidade |
|--------|-------------------------|----------------------|
| Fiscal | 20/02/2025 | - |

postilas

O.

| Download | Arquivo | Tamanho | Data de Cadastro ↓ |
|----------|---------|---------|--------------------|
|----------|---------|---------|--------------------|

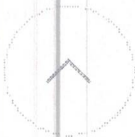
TCE-RS LicitaCon Cidadão



| | | | |
|----------|----------------|---------|------------|
| Download | Parecer.pdf | 1,00 MB | 19/02/2025 |
| Download | Contrato 4.pdf | 3,00 MB | 19/02/2025 |



Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul



[tor de Tela](#)